PARECER	:	PAR-AUDITORIA-16377/2013
PROCESSO TC/MS	:	TC/5400/2013
PROTOCOLO	:	1413538
ÓRGÃO	:	CAMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
RESPONSÁVEL	:	ANA MARIA ROHR
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – 2012
RELATOR	:	WALDIR NEVES BARBOSA

I - PREÂMBULO

1 - O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas - e.TCE sob o nº TC/5400/2013, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade da Presidente, **ANA MARIA ROHR**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterado pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de junho de 2012.

2 - O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da **Portaria TC/MS nº 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160/2012.

3 - Examinados os autos do processo, em caráter preliminar, consta que a digna Inspetoria de Controle Externo **NÃO CONSTATOU IRREGULARIDADES e/ou IMPROPRIEDADES** exarando assim a **ANÁLISE CONCLUSIVA ANC-3ICE-15250/2013** amparada à peça nº 17 e, concluiu na forma transcrita, a seguir:

"... entendemos que a presente Prestação de Contas da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, referente ao exercício financeiro de 2012, oferece condições favoráveis para obter aprovação, com base no inciso II do Artigo 21, combinado com o Inciso I do Artigo 59, ambos da Lei Complementar nº 160 de 2/01/2012...".

É o relatório.

II - EXAME DE AUDITORIA

4 - Examinadas estas Contas Anuais de Gestão, na forma da **vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública** ficou constatado na sua avaliação o seguinte:

4.1 - DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35/2011

4.1.1 - **Cumprimento** do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

4.1.2 - **Cumprimento** da **letra "B"** do **subitem 3.1** do **item 3** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, conforme constatado no contexto geral das peças acostadas aos autos do processo.

4.2 - DO ORÇAMENTO

4.2.1 - A Lei Municipal nº 835/2011 - LOA autorizou para a Câmara Municipal **créditos orçamentários** na ordem de R$ 2.809.400,00, conforme

visto na ANÁLISE CONCLUSIVA ANC-3ICE-15250/2013 amparada à peça nº 17.

4.3 - DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 - LRF

4.3.1 - Cumprimento do disposto no **§ 1°** do **art. 1º**, por apresentar responsabilidade na gestão fiscal, mediante o cumprimento de metas de resultados dentre o duodécimo recebido e a despesa empenhada, conforme demonstrado nas tabelas, a seguir:

TABELA 1 - EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, MEDIANTE CUMPRIMENTO DE METAS DE RESULTADOS ENTRE DUODÉCIMO RECEBIDO E DESPESA EMPENHADA

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Duodécimo Recebido	2.809.400,04	100,00
2 - Despesa Empenhada	2.082.786,91	100,00
3 - Superavit/Deficit = (1 - 2) / 1)	**726.613,13**	**25,86**
Resultado do Exame → Regular 3 ≤ 100%	Regular	

Fonte: Balanço Financeiro acostado à peça nº 4.

4.3.2 - Cumprimento do estabelecido na **alínea "a"** do **inciso III** do **art. 20**, por ter efetuado no exercício despesa com pessoal do Poder Legislativo dentro do limite de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO X DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Receita Corrente Líquida do Município	65.784.099,33	100,00
2 - % Legal Máximo Autorizado	3.947.045,96	6,00
3 - Despesa com Pessoal do Poder Legislativo = (3 / 1)	**1.401.827,63**	**2,13**
Resultado do Exame → Regular 3 ≤ 2	Regular	

Fonte: Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada da PM - Processo TC/5714/2013 e Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostada à peça nº 6.

4.3.3 - Cumprimento do **art. 42** da LCF nº 101/2000 - LRF, por **deixar suficiente disponibilidade de caixa e demais** para pagamento de obrigação

de despesa contraída nos últimos dois quadrimestres do mandato, inclusive parcelas a serem pagas no exercício seguinte, que não pode ser cumprida integralmente, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 3 - OBRIGAÇÃO DE DESPESA CONTRAÍDA NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO MANDATO, COM SUFICIENTE DISPONIBILIDADE DE CAIXA PARA ESTE EFEITO		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Obrigação de Despesa Contraída nos Dois Últimos Quadrimestres do Mandato, Inclusive Parcelas a serem Pagas no Exercício Seguinte.	13.506,67	100,00
2 - Disponibilidade de Caixa	22.971,49	100,00
3 - Suficiência de Disponibilidade de Caixa Legal = (1 - 2) / 1)	**9.464,82**	**70,08**
Resultado do Exame → Regular 3 ≤ 100%	Regular	

Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial e Relação da Despesa Contraída nos Últimos Dois Quadrimestres acostados às peças nº 5 e 9.

4.3.4 - **Cumprimento** do ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 - LRF, por dar **transparência** e **publicidade** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

4.4 - DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964 E PORTARIA Nº 42/1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163/2001 DO MF E MPOG

4.4.1 - DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

4.4.1.1 - **Cumprimento** do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostado à peça nº 14, alterando o Orçamento do Fundo para R$ 2.082.786,91, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 8.

4.4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.4.2.1 – **Cumprimento** do disposto no **art. 12**, bem como das normas da Portaria nº 42/1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 8, que demonstra despesa autorizada de R$ 2.082.786,91 e empenhada de R$ 2.082.786,91.

4.4.3 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.4.3.1 – **Cumprimento** dos **arts. 103** a **105**, por elaborar o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 4; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 5 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 6, de acordo com as citadas disposições legais, pois de acordo com a extensão do exame, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, na consistência dos seus respectivos registros contábeis.

4.5 DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

4.5.1 – **Cumprimento** do **inciso I** do **art. 29-A**, por **respeitar** o limite percentual de 7% (sete por cento) com a despesa total da Câmara Municipal, incluídos subsídios dos Vereadores e excluídos gastos com inativos em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no **§ 5º** do **art. 153** e nos **arts. 158** e **159**, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 4 - RECEITA BASE CONSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR X DESPESA TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL, MENOS INATIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Receita Base Constitucional	43.401.164,43	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado	3.038.081,51	7,00
3 - Despesa Total da Câmara Municipal, Menos Inativos = (3 / 1)	**2.082.786,91**	**4,80**
Resultado do Exame → Regular 3 ≤ 2	Regular	

Fonte: Análise conclusiva amparada à peça nº 17.

4.5.2 - **Cumprimento** do **§ 1º** do **art. 29-A**, por **respeitar** o gasto máximo de 70% (setenta por cento) em relação ao Duodécimo Recebido com a folha de pagamento, incluído gasto com subsídio de seus Vereadores ao **realizar despesa compatível** com o citado limite constitucional, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 5 - DUODÉCIMO RECEBIDO X DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUSIVE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Duodécimo Recebido	2.809.400,04	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado	1.966.580,03	70,00
3 - Despesa com a Folha de Pagamento, Inclusive Subsídios dos Vereadores (3 / 1)	**1.057.687,99**	**37,65**
Resultado do Exame → Regular 3 ≤ 2	Regular	

Fonte: Análise conclusiva amparada à peça nº 17.

4.5.3 - **Cumprimento** do **inciso VII** do **art. 29**, por respeitar o limite percentual de 5% (cinco por cento) com as despesas de remuneração dos Vereadores ao realizar gastos em relação à Receita Base Constitucional do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 6 - RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO X DESPESA COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Receita Total do Município	78.917.389,91	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado	3.945.869,50	5,00
3 - Despesa com a Remuneração dos Vereadores = (3 / 1)	**437.764,32**	**0,55**
Resultado do Exame → Regular 3 ≤ 2	Regular	

Fonte: Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada da PM - Processo TC/5714/2013 e Folha de Pagamento acostada à peça nº 11.

4.5.4 – **Cumprimento** do disposto no **§ 3º** do **art. 164** da Constituição Federal de 1988, por ter depositado as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal em **instituições financeiras oficiais**, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 13.

5 – **AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE**, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o **art. 21** do Provimento da Corregedoria TCEMS nº 01/1999 e pelo Sistema de Controle Interno, na forma que dispõe o *caput* do **art. 31** da Constituição Federal de 1988.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

6 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo ficou constatado que a presente Prestação de Contas Anuais de Gestão foi elaborada de **acordo** com a vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública, conforme visto na **PARTE II EXAME DE AUDITORIA** deste Parecer, razão pela qual esta Auditoria, conclusivamente, **opina**:

6.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso I** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULAR** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade da Presidente, **ANA MARIA ROHR**.

7 - O Parecer ora exarado foi fundamentado no **exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida**, ficando, assim, portanto, **ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades** porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

É o parecer.

Campo Grande, 20 de novembro de 2013.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

fmm